

**A EMERGÊNCIA DE ABRIL EM *O NOME DAS COISAS* (1977), DE SOPHIA DE
MELLO BREYNER ANDRESEN**

***THE EMERGENCY OF APRIL IN O NOME DAS COISAS* (1977), BY SOPHIA DE
MELLO BREYNER ANDRESEN**

Gerson Luiz Roani
Universidade Federal de Viçosa

Rodrigo Corrêa Machado
Universidade Federal Fluminense

RESUMO: Sophia de Mello Breyner Andresen é considerada como um dos grandes nomes na lírica portuguesa contemporânea devido à grande qualidade de sua produção poemática. Os poemas andresenianos possuem uma forte consciência social e política, caracterizando o comprometimento com o Outro como uma das grandes linhas de força da escrita efetuada pela autora. Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo estudar as aproximações existentes entre poesia, História e memória na obra andreseniana *O Nome das Coisas* (1977). Para tanto, nos propomos à análise de poemas referentes à Revolução dos Cravos, à deposição do totalitarismo português, e aos desdobramentos de tal sublevação lusitana.

PALAVRAS-CHAVE: Sophia de Mello Breyner Andresen, Poesia, Revolução dos Cravos, Memória.

ABSTRACT: *Sophia de Mello Breyner Andresen is considered one of the greatest names in contemporary Portuguese lyric given the great quality of her poetic production. The andresenian poems show a strong political and social consciousness, characterizing the commitment with the Other as one of the strongest features of the author's writing. Therefore, the present work aims to study the approximations existent between poetry, History and memory in the andresenian book O Nome das Coisas (1977). In order to do that, we propose the analysis of poems concerning the Carnation Revolution, the deposition of the Portuguese totalitarianism and the consequences of the Portuguese revolution.*

KEYWORDS: *Sophia de Mello Breyner Andresen, Poetry, Carnation Revolution, Memory.*

1. *O Nome das Coisas* (1977): História, memória e ficção

O Nome das Coisas (1977) figura entre as produções literárias mais emblemáticas e reveladoras do sentimento revolucionário diante da realidade sociopolítica portuguesa do

século XX. Como foi apontado por Álvaro Manuel Machado (1978, p. 72), “[...] este livro aparenta dalgum modo a um diário, sobrelevando-se o ritmo vital, captando-se o fenômeno poético ‘com fúria e raiva’ dirigidas em sentidos bem precisos de clamor e denúncia.” Essa obra, nascida a partir de um sujeito social e politicamente ativo, tem importantes elementos que a situam dentro de uma época, de um país e remetem-na a um povo, como é o caso de sua composição por “Poemas datados, aliás (...) indo de 1972 a 1976, situando-se bem claramente o centro cronológico criador no período que parte de 25 de Abril de 1974, título de um dos poemas” (MACHADO, 1978, p. 72). Do ponto de vista da construção literária, trata-se, portanto, de um *corpus* poético no qual se pode acompanhar o movimento revolucionário e pós-revolucionário correspondente à Revolução dos Cravos¹ portuguesa.

No tocante à importância da obra escolhida como *corpus* do presente trabalho, Rosa Maria Martelo (2010, p. 41) destaca:

[...] não é de admirar que *O Nome das Coisas* venha a integrar uma meditação de ordem social e política, uma atenção imensa à circunstancialidade próxima, sem nunca correr o risco que corra, por exemplo, a poesia neo-realista: paradoxalmente, a este nível, é mesmo a recuperação de um certo Romantismo o que aqui permite continuar a tradição de modernidade, porquanto a aventura de Sophia permanece essencialmente discursiva e fiel a uma busca poética – e independente de qualquer formação pré-ideológica.

Considerando-se a escrita andreseniana presente em *O Nome das Coisas* (1977) como constituída de “clamor e denúncia”, neste trabalho, investigamos as aproximações existentes entre poesia, História e memória expressas nos poemas. Para tanto, analisamos composições poemáticas referentes à Revolução dos Cravos e aos desdobramentos da insurreição lusitana, levando em conta o percurso temático balizado pelos Cravos revolucionários de Abril que a própria obra nos impõe. É indispensável frisarmos que dentre os períodos estruturadores da obra escolhida como *corpus* da análise, nos basearemos no segundo, “II 1974 – 75”, que refere-se à atmosfera preparatória para a Revolução de Abril, com grande efervescência de ideias, resistência política, lutas clandestinas, como também ao momento em que a insurreição emerge e ao instante pós-revolucionário.

Em termos de análise, torna-se imprescindível investigar o significado do título da obra. *O Nome das Coisas* (1977), como é sugerido na escolha desta designação, vem à tona a

¹ Revolução dos Cravos ou Revolução de Abril são denominações sinônimas que dizem respeito ao movimento

fim de trazer ao conhecimento de todos os nomes que compõem cada episódio do universo no qual a obra está amparada, ou seja, dialoga com a História contemporânea de Portugal, crivada pela ditadura salazarista, Revolução dos Cravos, como também pelos desdobramentos desse acontecimento.

Sophia de Mello Breyner Andresen transforma o ato de nomear uma ação mágica, de forma que “À semelhança de Deus, que disse ‘Haja luz’ para fazer a luz existir, a poeta diz, nomeia, a luz de Creta, que existe conforme é invocada: ora ‘dura’, ora ‘aguda’, ‘limpa’ ou ‘branca’” (ZENITH, 2011, p. 41). Nesse caso, o texto poético é o instrumento revelador de um mundo que precisa ser vasculhado e revirado. Sendo assim, “Os nomes equivalem a *numes*, ou *lumes*, das coisas que designam” (ZENITH, 2011, p. 41).

A autora concebe a História como um discurso, uma textualização do acontecimento, uma mediação entre a realidade e o texto que possui a linguagem enquanto suporte que acaba “[...] reconhecendo ao mesmo tempo em que a própria historiografia é uma forma de remanejar, reformar, em suma, mediar o passado” (HUTCHEON, 1991, p. 200). Logo, os escritos de Sophia Andresen são percepções artísticas da realidade na qual viveu, tentativas de transfigurar textualmente o que vivenciava. Isso faz com que seus poemas sejam maneiras de investir numa textualização poética que prescindia dos vestígios do passado e da experiência presente ao fazer poético.

Em *O Nome das Coisas* (1977), a poeta reivindica, para o artista e para a arte que este leva a termo, um papel social e político, assumindo com veemência que “[...] a arte não pode abandonar a representação do real, não pode deixar de fazer a confiança no mundo e nas suas oblíquas refrações numa palavra, num som, numa cor” (MAGALHÃES, 1999, p. 59). Dessa maneira, ela concebe a composição poética enquanto meio de tornar o ser humano mais consciente de si e do mundo que o circunda, possibilitando-o pensar, refletir e perceber quão alienantes podem ser os mecanismos de interdição criados por um aparelho político repressivo. Sophia afirma no ensaio “Poesia e Revolução”: “É a poesia que desaliena, que funda a desalienação, que estabelece a relação inteira do homem consigo próprio, com os outros, e com a vida, com o mundo e com as coisas” (ANDRESEN, 1977, p. 78).

Destaquemos ainda que em uma sociedade patriarcalista, na qual as mulheres não tinham liberdade de expressão e de atuação política, Sophia de Mello Breyner Andresen,

militar e populacional que depôs o governo totalitário em Portugal no dia 25 de abril de 1974.

juntamente com as autoras das *Novas Cartas Portuguesas*², mostrou-se altamente à frente das concepções retrógradas que coercitivamente impediam a participação feminina na vida política portuguesa. Novamente é a poeta/mulher quem questiona as coisas, quem as tira do lugar previamente estabelecido, assumindo “[...] então a crueldade da procura, que corta as coisas para lhes alcançar o interior” (EIRAS, 2011, p. 31). Pedro Eiras (2011, p. 31) esclarece um pouco mais o grau desta procura ao revelar que “O homem é a medida de todas as coisas, como quer Protágoras, mas uma medida que se molda às coisas interrogadas”. Nestes questionamentos e revelações, a poeta não somente aponta como também percebe claramente que, em meio ao cosmos em que vive, o caos é algo latente, real.

Não pensemos que a descrição da realidade sociopolítica e histórica efetuada pela poeta equivaleria a um quadro fiel da realidade, no sentido de uma *mimesis* estrita, realista ou mesmo simplista. Na verdade, “O objecto [poético] adquire, de facto, quase naturalmente um valor alegórico, transforma-se em promessa de uma riqueza de valores, prelúdio à suspensão do real e à revelação da verdade” (LANCIANI, 2011, p. 12).

2. A Revolução de Abril sob os olhos de Sophia

O governo totalitário português caminhou a passos largos durante quase cinco décadas. De 1926 a abril de 1974, o país viveu sob uma tensa e rígida atmosfera repressora e controladora. Em especial, o último ano de vigência do regime salazarista é marcado, em Portugal, por tentativas de golpes a fim de depor o governo em vigência. Essas operações malogradas eram, pois, reflexos da insatisfação militar com o regime que traziam, como consequência, instabilidade política e imergiam o país num clima de tensão incontornável, o que deixava a espera de liberdade, a cada dia que se passava, ainda mais angustiante.

Identificamos, no primeiro poema que figura na segunda parte de *O Nome das Coisas* (1977), uma correspondência direta com a instabilidade, medo, enfim, com a situação política portuguesa ocorrida no raiar de 1974. Nessa composição poética, há a busca de um local

² *Novas Cartas Portuguesas* (NCP) é uma obra literária publicada em conjunto pelas escritoras portuguesas Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa em 1972. Nos anos setenta, a publicação das NCP assumiu um papel central na queda da ditadura dirigida por Marcelo Caetano por revelar ao mundo a existência de situações discriminatórias agudas em Portugal relacionadas com a repressão ditatorial, o poder do patriarcado católico e a condição da mulher (casamento, maternidade, sexualidade feminina). NCP denunciou também as injustiças da guerra colonial e as realidades dos portugueses enquanto colonialistas na África, emigrantes, refugiados ou exilados no mundo, e “retornados” em Portugal (cf. BESSE, 2006).

tranquilo, longe de tanto medo e tensão, porém não é possível viver em plenitude os momentos em Lagos, quando no restante do país há ocorrências de desmedidas políticas:

Lagos

Em Lagos

Virada para o mar como a outra Lagos
Muitas vezes penso em Leopoldo Sedar Senghor:
A precisa limpidez de Lagos onde a limpeza
É uma arte poética e uma forma de honestidade
Acorda em mim a nostalgia de um projecto
Racional limpo e poético

Os ditadores – é sabido – não olham para os mapas
Suas excursões desmesuradas fundam-se em confusões
O seu ditado vai deixando jovens corpos mortos pelos caminhos
Jovens corpos mortos ao longo das extensões

Na precisa claridade de Lagos onde o visível
Tem o recorte simples e claro de um projecto
O meu amor da geometria e do concreto
Rejeita o balofo oco da degradação

Na luz de Lagos matinal e aberta
Na praça quadrada tão concisa e grega
Na brancura da cal tão veemente e directa
O meu país se invoca e se projecta
(ANDRESEN, 1977, p. 27)

Os anseios do sujeito poético são revelados na cidade portuguesa de Lagos, local em que ele se mostra mais livre para manifestar suas vontades e se aproximar da limpeza, honestidade, luz, concisão, dentre outros elementos que, na poética andreseniana, são conotados com a plenitude do ser. Entretanto, apesar de toda a transparência da cidade pontuada, existe um embate entre os sentimentos suscitados por essa urbe, a representar uma espécie de fuga da realidade opressora e castradora, e a obscuridade da vida de todo português que vivia sob os ditames da ditadura salazarista. Isso pode ser afirmado por coexistirem no poema a cidade “matinal”, “aberta para o mar”, e os ditadores que “não olham para o mapa”.

Lagos é o mote para a escrita e os instantes que nela foram desfrutados trazem para o eu lírico sensações relacionadas à limpeza, limpidez, sentimentos que possibilitam a visualização da realidade circundante e acordam “a nostalgia de um projecto/ Racional limpo e poético”. É claramente possível estabelecer uma relação entre essa cidade e distância física do sujeito a falar no poema quanto ao centro do poder ditatorial e aos mecanismos que o

sustentavam. Esse afastamento é responsável por se vislumbrar melhor os episódios e fatos, por julgá-los, pesá-los, portanto, para refletir acerca da vivência no tempo presente: “Na precisa claridade de Lagos onde o visível/ Tem o recorte simples e claro de um projecto”.

Como consequência dessas reflexões, surge a evocação do Leopoldo Sedar Senghor - escritor e político senegalês que esteve a governar seu país de 1960 a 1980. Ele foi uma pessoa que lutava pela liberdade e igualdade entre o seu povo (ideólogo do conceito de negritude), defendia o socialismo aplicado à realidade africana, tentou desenvolver a agricultura, combater a corrupção, entre outras ações. Esse homem é trazido à lembrança por representar uma política e uma postura pessoal contrária à desenvolvida em Portugal, por ser um alguém possuidor de características que propiciam ponderações, uma vez que os governantes portugueses eram ditadores que “[...] é sabido – não olham para os mapas/ Suas excursões desmesuradas fundam-se em confusões/O seu ditado vai deixando jovens corpos mortos pelos caminhos/Jovens corpos mortos ao longo das extensões”.

Esses ditadores foram os responsáveis pela desordem, pelo caos, pela morte de muitos e muitos jovens obrigados a lutar na guerra contra as colônias africanas, a perderem a vida, batalhando por causas que não lhes pertenciam e nas quais, grande parte das vezes, não acreditavam. O fato de os ditadores não olharem para os mapas, não observarem a peculiaridade de cada parte de seu país, além de causar revolta no eu lírico, culmina com o desconhecimento das vontades alheias e sobreposição dos desejos do governador aos de todos os demais seres humanos, seus iguais, possibilitando-lhe fazer guerras, sem nelas lutar e ver sua própria vida ameaçada. A poeta, desempenhando o seu papel de não deixar esquecer as atrocidades cometidas em Portugal (que podem ser estendidas tantos outros países que viram governos totalitários desrespeitando a população e submetendo-a a mortes muito mais que cruéis, devastadoras, como ocorreu na Alemanha de Hitler) traz à tona a morte de rapazes ainda a desfrutarem a juventude, cravando-a na carne de seus interlocutores para que ninguém se esqueça de que pessoas, ainda no florescer da vida, tiveram suas trajetórias interditadas pelas perseguições e pela morte.

Lagos é, pois, “virada para o mar”, ou seja, ao relacionar essa característica da cidade ao período das expansões marítimas portuguesas, é possível creditar a essa passagem o grau metafórico diretamente pautado no desejo e possibilidade de ir além das fronteiras sociais e políticas responsáveis pela prisão física e mental dos portugueses a viverem sob os ditames de Salazar. Há um cais “Lagos” de onde se pode partir, no qual ideias podem florescer e em que

a meditação é responsável por despertar “O meu amor da geometria e do concreto”, que por sua vez culmina com a rejeição do “[...] balofo oco da degradação”.

Esse poema é uma comunhão entre a poeta e aqueles que, como ela, percebiam o salazarismo enquanto algo extremamente prejudicial à pátria e, principalmente, às pessoas que nela residiam, uma vez que este governo para se manter no poder desrespeitava os direitos humanos e fazia prevalecer o caos. E é nesse clima de rejeição às ações executadas e temidas no tempo presente que “Lagos” torna-se essencial para o sujeito poético, de forma que “Na brancura da cal tão veemente e directa/ O meu país se invoca e se projecta”.

Apesar das variadas tentativas de golpes para a deposição do salazarismo terem sido falhas, tiveram um importante papel na desestabilização política governamental, uma vez que criaram e ampliaram a indisposição dos militares contra o regime, preparando, por sua vez, a revolta que ocorreria posteriormente. Sendo assim, na madrugada do dia 25 de abril de 1974, mais especificamente aos 25 minutos deste dia, José Vasconcelos leu na Rádio Renascença a letra de “Grândola, Vila Morena”, anunciando oficialmente a Revolução. À tomada da rádio, sucederam-se a ocupação dos principais meios de comunicação da capital portuguesa e foi dado início à tão sonhada e esperada mudança política, que, ao menos ideologicamente, transformaria os rumos de todas as esferas da vida social portuguesa, trazendo consigo liberdade de expressão, justiça.

Em entrevista a Maria Armada Passos, concedida no dia 16 de fevereiro de 1982, Sophia Andresen esclarece um pouco o que representou o 25 de abril de 1974 não somente para si, mas também para todos os portugueses que vivenciaram esse dia. Segundo a poeta,

No 25 de Abril há um momento extraordinário. Hoje em dia nós olhamos para trás e perguntamos a nós próprios se foi a nossa sede de uma ilusão que criou uma espécie de fantasmagoria. Mas não há dúvida de que eu me lembro de uma cidade de Lisboa sem nenhuma polícia, sem nenhuma violência. Lembro-me da cidade de Lisboa onde todas as pessoas que encontrávamos sorriam, lembro-me de ver passar os pequenos grupos de gente nova no Rossio que pareciam pequenos bandos de bailarinos ou gaiotas, e atravessavam de um lado a outro na praça. Lembro-me de bandeiras que dançavam em cima da cabeça das pessoas e das expressões e dos gestos e das vozes. E tudo isso era um tão bonito e extraordinário momento poético e como que uma ilha noutra planeta...

Para além dos desdobramentos da Revolução, nos deixemos envolver inicialmente por esse “estado de graça” que pairou sobre a cabeça daqueles que puderam vivenciá-lo, senti-lo

e, acima de tudo, crer na possibilidade de renovação que surgia com o momento revolucionário. Vejamos o poema “25 de Abril”, escrito sob o envolvimento dessa aura libertária:

Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do tempo
(ANDRESEN, 1977, p. 28)

Este poema traz consigo toda a aura de um país que se via em crise econômica e social, que enfrentava uma guerra colonial há 13 anos, vivia com medo, sob o crivo da ditadura, e vislumbrava, em uma madrugada de primavera, os problemas a se escoarem através dos corpos lavados pela água da libertação. “A poesia fala como se tudo agora começasse de novo, e nos fosse dado habitarmos plenamente o presente, numa total identificação com ele” e “É enquanto poesia do presente, que tranquilamente habita ‘a substância do tempo’, sem fissuras ou divisões” (MARTINHO, 1999, p. 57).

Enquanto madrugada libertadora, o 25 de Abril também significou “O dia inicial inteiro e limpo”, um momento genesíaco que marca o ingresso irreversível de Portugal na Europa. Inicial, por tratar-se da possibilidade de ter começo uma nova era, na qual houvesse mais proximidade e menos distância entre os homens e o poder, assim entre eles próprios, mais saciedade e menos fome, mais paz e menos guerra, mais prosperidade e menos crise, mais vida e menos mortes. O dia em que se limpava todos os dramas que até então a pátria carregava consigo, que se exterminava quarenta e oito anos de vivência controlada, vigiada, cerceada. Era, realmente, o dia esperado por todos que, apesar de lutarem pelo fim dessa era, sozinhos não tiveram força suficiente para abalar e derrubar o salazarismo, mas que, no momento que se desdobrava a Revolução, tinham apoio não somente o MFA (Movimento das Forças Armadas), como também grande parte da população em felicidade pelas ruas do país.

O dia 25 de abril marcaria o nascimento do cosmos em meio ao caos, a possibilidade plural de manifestações da vida da nação, fazendo com que todos pudessem emergir “da noite e do silêncio”. A noite é o elemento a representar a escuridão, angústia, encobrimento, o obscurantismo em que as pessoas deveriam viver. Noite que também esteve presente nos olhos de tantos mortos nas guerras coloniais que se embrenhavam na escuridão do desconhecido, do medo e, por fim, conheciam o negrume do extinguir-se. Noite em que tantas

mães, noivas, esposas, filhos, enfim, famílias choravam seus entes que iam para a guerra, seus familiares que eram presos pela polícia da ditadura e enviados para Tarrafais. Noite que se iguala ao silêncio em que nenhuma voz dissonante deveria ser ouvida, em que as vozes eram anuladas pelo medo e pela iminência constante de repressões. A Noite, uma das filhas do Kaos, que no 25 de Abril cede espaço à sua irmã, Aurora.

A aurora revolucionária possibilitou a todos “E livres habitamos a substância do tempo”. O que poderia ser essa substância do tempo em uma sociedade estática, adormecida durante anos (senão séculos)? Habitar a substância do tempo relaciona-se com o assumir a responsabilidade por esse elemento. O ser que existe na temporalidade necessita acordar os portugueses acuados pela ação de um poder subversivo, como também com a vida de todos que a partir de então seria transformada. Ao contrário do que ocorreu durante o salazarismo, os lusitanos deixavam de ser dominados no tempo, tendo a possibilidade de fazer História, de construí-la com as próprias mãos. Entretanto, a liberdade inclui também erros e não só acertos, como era esperado no 25 de Abril.

A essa primeira fase revolucionária, plena de alegria e esperança de um futuro livre, sucedem-se outros acontecimentos que modificam, de maneira substancial, os rumos que a Revolução tomava. Para Eduardo Lourenço (2000, p. 50),

[...] a primeira fase da Revolução caracterizou-se também pela tentativa frenética de *deslocar* a imagem fascista da realidade nacional presente e passada, de destruir pela raiz o que se supunha *mera pintura superficial* do país, que, lavado e expurgado dos seus demónios passageiros, poria à mostra as suas virtualidades, a sua *verdade popular* submersa pela barreira ideológica de uma burguesia condenada pela História.

Após a queda do salazarismo, institui-se um governo provisório em Portugal (com a participação direta do MFA), cujos princípios políticos adotados primavam pelo estabelecimento da paz e liberdade, bem com resolução dos problemas econômicos e da Guerra Colonial na África (cf. MAXWELL, 2006, p. 88). No entanto, nem tudo ocorreu como esperado, uma vez que “As ‘forças de ordem’ do antigo regime, exceto a polícia política secreta e a legião, continuavam a existir” (MAXWELL, 2006, p. 93).

Em meio a este contexto, a postura de Sophia Andresen, autora politicamente ativa, vai transformando-se, pouco a pouco, à medida que ela percebe que a direita salazarista ainda mantinha certo poder no novo governo e que o projeto inicial, inteiro e limpo corre sérios

riscos de não ser realizado. Numa atmosfera de receio no tocante ao momento pós-revolucionário e o não cumprimento de todas as promessas feitas por aqueles que estiveram na dianteira da insurreição, podemos ler o poema “Com Fúria e Raiva” – poema datado de junho de 1974, exatamente dois meses após a sublevação. Nessa tessitura poemática, o sujeito poético parece, na verdade, conscientizar-se dos projetos desfeitos, olvidados, ou mesmo, impossíveis de concretizarem-se da maneira como foram idealizados em Abril. Por isso ele se manifesta

Com fúria e raiva acuso o demagogo
E o seu capitalismo das palavras

Pois é preciso saber que a palavra é sagrada
Que de longe muito longe um povo a trouxe
E nela pôs a sua alma confiada

De longe muito longe desde o início
O homem soube de si pela palavra
E nomeou a pedra a flor a água
E tudo emergiu porque ele disse

Com fúria e raiva acuso o demagogo
Que se promove à sombra da palavra
E da palavra faz poder e jogo
E transforma as palavras em moeda
Como se fez com o trigo e com a terra
(ANDRESEN, 1977, p. 31)

“Com Fúria e Raiva” marca as idas e voltas que ocorrem no livro em que está situado, bem como revela a maneira como a instabilidade política em Portugal afetava diretamente os ânimos de todos os cidadãos desse país. Esse poema acusa o uso da palavra com intenções meramente retóricas. Essa revelação recai novamente sobre a figura do demagogo, personificação de um sujeito que intenta manipular a todos através de seus discursos, por isso, “o seu Capitalismo de palavras” também é condenado, já que, através do jogo com vocábulos, ele consegue ludibriar as pessoas. Percebemos uma clara alusão à sofística grega, uma vez que, na Grécia Antiga, os sofistas eram denunciados como manipuladores da verdade através do uso de uma retórica esvaziada.

Esse poema de cunho metaficcional assinala o caráter genesíaco, batismal, existente por trás das palavras, através das quais “O homem soube de si”, “Nomeou a pedra a flor a água”. Devido a esse caráter, elas são consideradas “sagradas”, trazidas de muito longe por

um povo que “nela pôs a sua alma confiada”. Contudo, no presente condenado pelo sujeito poético, esse nomear é traído pelos mentirosos, aqueles que não estão comprometidos com o bem estar da nação lusitana.

O eu poemático continua seu discurso proferindo que o homem é capaz de mudar a sua realidade, de criar um mundo melhor e que nem todos estariam contaminados pela demagogia que reinava em algumas bocas. Toda essa crença na capacidade humana possibilita a própria aproximação entre o humano e o divino. O referir-se ao ser humano como dotado de poder de criação “E tudo emergiu porque ele disse” é relacionável à abertura do primeiro capítulo do Evangelho de João, em que está posto “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus” (João, 1:1-4). Ou seja, assim como Deus, dotado de um poder genesíaco possibilitado pela palavra – a ponto de com ela confundir-se – a humanidade pode dizer e dizer-se, ser ao mesmo tempo criatura e criador, capaz de trilhar os caminhos que ela própria seguirá.

A acusação ao demagogo perpassa a utilização da palavra como “poder e jogo”, tentativa de alienação das massas através de uma retórica irrealista e inexistente. Este sujeito exploraria as palavras da mesma maneira que o capitalismo “fez com o trigo e a terra”. Isto é, pouco se importando com aqueles que necessitam deste trigo e desta terra para sobreviver, de maneira a sugar dessas pessoas cada gota de suor, cada suspiro e lágrima que possam produzir, transformando-os em matéria de consumo e de lucro para os que os exploram.

O poema “Com Fúria e Raiva” é uma composição caracteristicamente distópica em relação às mudanças proporcionadas pela Revolução de Abril, principalmente, por caracterizar-se enquanto uma reflexão consciente quanto às metas e projetos ignorados, não cumpridos ou subvertidos. A fim de corroborar nossa afirmação quanto aos sentimentos exaltados e desejosos de mudanças que pareciam impossíveis, recorremos a Boaventura de Sousa Santos (2008, p. 324): “Apesar de algumas ideias utópicas serem eventualmente realizadas, não é da natureza da utopia ser realizada” (SANTOS, 2008, p. 324). A não realização da utopia torna-a uma espécie de “[...] metáfora de uma hipercarência formulada ao nível a que não pode ser satisfeita. O que é importante nela não é o que diz sobre o futuro, mas a arqueologia virtual do presente que a torna possível” (SANTOS, 2008, p. 324).

Para Eduardo Lourenço (2000, p. 50), os progressistas portugueses não haviam compreendido, logo após o 25 de abril, que o salazarismo foi uma materialização da impotência econômica e social coletiva, “[...] e que não era com canções nem baladas, nem

demagogia de sumário e não consciencializado recorte que os fantasmas sólidos do conservantismo lusitano se derreteriam de medo na aurora vermelha da Revolução”.

A Revolução de Abril, mais do que depor um governo totalitário do poder, trouxe consigo outros problemas e realidades inesperadas, como questões ligadas a crises econômicas, sociais, a independência das ex-colônias portuguesas na África, acima de tudo, o fim do século enquanto uma proximidade que obrigou a todos a ponderarem quanto aos fracassos lusitanos no presente, mas também os do passado. Desse dia em diante, os portugueses teriam que lidar com a queda do império que já estava em derrocada visível há séculos, com a mudança do imaginário nacional quanto à sua vocação imperialista e aceitação de que o país tornava-se oficialmente um pequeno pedaço de terra europeu a ocupar a periferia do continente.

A própria Sophia Andresen, em entrevista a Maria Armanda Passos, em 1982, a respeito da Revolução dos Cravos, diz que “Muita coisa se fez em que, para se fazer melhor, se devia ter ouvido antes e muito. Aliás pouco tempo depois, numa circunstância pública, eu disse que a 25 de Abril a poesia estava na rua mas tinha sido rapidamente empurrada para dentro de casa”. Empurrada para dentro de casa, porque tudo de poético, de utópico, de sonhado e de mudança real estava aos poucos se tornando cada vez mais distante. Nesse contexto, os poemas andresenianos configuram-se enquanto possibilidades de desconfortar o leitor em relação às contradições do real.

3. Considerações Finais

Sophia de Mello Breyner Andresen – tendo, inúmeras vezes, transfigurado o papel social e político em sua escrita poética – também buscou que essa escritura refletisse o máximo possível a realidade. Sendo assim, ela tão engajada com a luta pela liberdade, com a libertação dos presos políticos, com o ideal de “poesia una”, não poderia deixar de transfigurar poeticamente o momento político correspondente à Revolução dos Cravos, bem como a alguns desdobramentos de tal sublevação. Ao fazer isso, a poeta utiliza-se da escrita para rememorar, exercer o papel da literatura enquanto lembrete, não possibilitando aos leitores olvidar o obscurantismo que Portugal - e quaisquer outros países que tenham vivido um regime totalitário – se viu imerso, possibilitando também aos seus interlocutores refletir sobre os desdobramentos da Revolução de Abril (cf. BURKE, 2000).

É inegável o diálogo entre a obra andreseniana em análise e a História contemporânea de Portugal. Na teia de poemas que a constituem, percebemos claramente, ao fim deste trabalho, uma mistura de texto, memória individual e coletiva, como também a recorrência a outras fontes a que a autora faz referência: a autorreferencialidade, a intertextualidade, a referência histórica, etc. (cf. HALBWACHS, 2006). Sendo assim, Sophia faz do poema “[...] a escrita de uma História que vai além da materialidade, aonde se busca uma causalidade – o poema é a fixação do instante que foge pelas ruas nas memórias dos narradores.” (LUGARINHO, 2005, p. 35).

A partir da decepção causada pelo não cumprimento das propostas revolucionárias, os poemas andresenianos mostram-se cada vez mais pessimistas quanto à crença em um país livre e democrático. Em uma carta enviada a Jorge de Sena de Lisboa em 1976, a poeta diz a ele que:

Alguns anos de censura podiam suportar-se com desportivismo. Agora não. Agora está a tornar-se uma vida de ausência. Uma ausência que é o nosso próprio desencontro com os nossos amigos e o desencontro deste país consigo próprio. [...] O problema, a tragédia de toda essa Revolução é a sua INCOMPETÊNCIA CULTURAL. Desde a descolonização onde tudo se fez como um despachado simplíssimo, primário, “ad hoc” até a reforma agrária falseada e demagógica! (ANDRESEN; SENA, 2010, p. 145 - 146).

Apesar de lançar seu grito de socorro e horror aos quatro cantos, inclusive a seu amigo Jorge de Sena, que encontrava-se exilado nos Estados Unidos, em outro continente, Sophia Andresen sente-se cada vez mais só. Ela, por fim, percebe que o único local em que pode se expressar e ser ouvida é no poema, que é o único elemento em que pode se aproximar da plenitude. A vida não é mais perfeita, o mundo não pode ser mais consubstancial ao universo. Por isso, o poema é o espaço em que o eu lírico pode tentar resgatar um pouco dos sonhos que habitavam seu interior, antes de serem covardemente destroçados pela incompetência humana na construção de um Portugal mais igualitário, justo e “perfeito”.

REFERÊNCIAS

ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner. *O Nome das Coisas*. 1ª edição. Lisboa: Moraes editores, 1977, 80p.

ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner. Revolução e Política. In: *O Nome das Coisas*. 1ª edição. Lisboa: Moraes editores, 1977.

ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner. *Obra Poética*. 2ª edição. Alfragide: Caminho, 2011.

ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner; SENA, Jorge de. *Correspondência 1959 – 1978*. 3ª edição. Lisboa: Guerra e Paz, 2010.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Trad. Antonio de Pádua Danesi. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BESSE, Maria Graciete. As Novas Cartas Portuguesas e a Contestação do Poder Patriarcal. In: *Latitudes*, n.º 26, abril de 2006, p. 16 – 20.

BURKE, Peter. *Varietades de história cultural*. Tradução Alda Porto. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CUNHA, António Manuel dos Santos. *Sophia de Mello Breyner Andresen: mitos gregos e encontro com o real*. 1ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.

EIRAS, Pedro. A face nocturna dos deuses em Sophia de Mello Breyner Andresen. In: *Revista Colóquio/Letras*, Lisboa, n.º 176. Jan/Abr, 2011, p. 28 – 37.

Entrevista de Maria Armanda Passos in *JL — Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 26, 16 de Fevereiro, 1982. Disponível em: <http://purl.pt/19841/1/index.html>. Acesso em 08 de abr. 2012.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução Beatriz Sidou. 1ª edição. São Paulo: Centauro, 2006.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Trad. Ricardo Cruz. 1ª edição. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1991.

LANCIANI, Giulia. Sophia de Mello Breyner Andresen: o labirinto da palavra. In: *Revista Colóquio/Letras*, Lisboa, n.º 176. Jan/Abr, 2011, p. 9 – 14.

LOURENÇO, Eduardo. *O Labirinto da saudade: psicanálise mítica do destino português*. Lisboa: Gradiva, 2000.

LUGARINHO, Mário César. *Manuel Alegre: mito, memória e utopia*. 1ª edição. Lisboa: Edições Colibri, 2005.

MACHADO, Álvaro Manuel. Recensão crítica a *O Nome das Coisas* de Sophia de Mello Breyner Andresen. In: *Revista Colóquio/Letras*, n.º 41, Jan. 1978, p. 71 – 72.

MAGALHÃES, Joaquim Manuel. Sophia de Mello Breyner Andresen. In: _____. *Rima pobre: poesia portuguesa de agora*. 1ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1999, p. 41 – 78.

MARTELO, Rosa Maria. *A forma informe: leituras de poesia*. 1ª edição. Lisboa: Assírio & Alvim, 2010.

MARTINHO, Fernando J. B. O 25 de Abril na Poesia Portuguesa. In: *Camões – Revista de Letras e culturas lusófonas*, n° 5. Abr/Jun, 1999, p. 54 –63.

MAXWELL, Keneth. *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português: economias, espaços e tomadas de consciência*. São Paulo: Alameda, 2004.

ZENITH, Richard. Uma cruz em Creta: a salvação sophiniana. In: *Revista Colóquio/ Letras*, Lisboa, n° 176. Jan/Abr, 2011, p. 38 – 45.